

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	807.080.529
Preferenciais	0
Total	807.080.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	1.554.882	1.557.124
1.01	Ativo Circulante	104.628	75.154
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	27.141	10.797
1.01.02	Aplicações Financeiras	46.974	3.772
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	46.974	3.772
1.01.02.01.03	Investimentos de Curto Prazo	46.974	3.772
1.01.03	Contas a Receber	24.425	57.081
1.01.03.01	Clientes	24.425	57.081
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.960	1.156
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.960	1.156
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.092	2.295
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	36	53
1.01.08.03	Outros	36	53
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	36	53
1.02	Ativo Não Circulante	1.450.254	1.481.970
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	48.458	48.282
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	34.319	32.221
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	34.319	32.221
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.608	3.373
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.608	3.373
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	9.507	10.457
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.024	2.231
1.02.01.10.03	Outros Ativos	1.940	1.882
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	84	349
1.02.03	Imobilizado	1.392.241	1.423.848
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.388.268	1.415.205
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.973	8.643
1.02.04	Intangível	9.555	9.840
1.02.04.01	Intangíveis	9.555	9.840
1.02.04.01.02	Intangíveis	9.555	9.840

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	1.554.882	1.557.124
2.01	Passivo Circulante	110.568	102.866
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	424	155
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	424	155
2.01.02	Fornecedores	16.477	6.840
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.477	6.840
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.493	6.515
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.136	5.069
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.147	980
2.01.03.01.02	INSS	0	169
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	2.960	3.857
2.01.03.01.04	Outros	29	63
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.219	1.303
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	138	143
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	69.540	60.458
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	48.361	46.917
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	48.361	46.917
2.01.04.02	Debêntures	21.179	13.541
2.01.05	Outras Obrigações	7.706	10.343
2.01.05.02	Outros	7.706	10.343
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	7.474	10.082
2.01.05.02.04	Arrendamentos	232	261
2.01.06	Provisões	10.928	18.555
2.01.06.02	Outras Provisões	10.928	18.555
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	570	109
2.01.06.02.04	Uso do bem público	1.566	1.566
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	3.253	11.239
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	5.220	5.114
2.01.06.02.07	Credores diversos	319	527
2.02	Passivo Não Circulante	537.478	562.624
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	523.278	547.205
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	250.221	270.125
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	250.221	270.125
2.02.01.02	Debêntures	273.057	277.080
2.02.02	Outras Obrigações	652	734
2.02.02.02	Outros	652	734
2.02.02.02.03	Arrendamentos	652	734
2.02.04	Provisões	13.548	14.685
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	213	381
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	213	381
2.02.04.02	Outras Provisões	13.335	14.304
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	0	734
2.02.04.02.04	Uso do bem público	13.335	13.570
2.03	Patrimônio Líquido	906.836	891.634
2.03.01	Capital Social Realizado	807.081	807.081
2.03.04	Reservas de Lucros	84.553	84.553

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.03.04.01	Reserva Legal	6.111	6.111
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	66.664	66.664
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	11.778	11.778
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	15.202	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	43.163	139.783	45.631	152.729
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-23.652	-85.074	-19.906	-111.023
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-5.034	-14.778	-4.912	-14.060
3.02.02	Outros custos operacionais	-2.955	-9.055	-3.001	-9.666
3.02.03	Depreciação e amortização	-9.574	-31.913	-10.272	-28.940
3.02.04	Uso do bem publico	-94	-281	-94	-281
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-4.458	-23.879	35	-51.672
3.02.06	Compensação financeira pela utilização de recursos hidricos - CFURH	-1.537	-5.168	-1.662	-6.404
3.03	Resultado Bruto	19.511	54.709	25.725	41.706
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-868	-3.407	-1.080	-3.677
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-868	-3.407	-1.080	-3.677
3.04.02.01	Depreciação e amortização	-73	-219	-67	-265
3.04.02.02	Administrativas e gerais	-669	-2.826	-912	-3.164
3.04.02.03	Pessoal	-126	-362	-101	-248
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.643	51.302	24.645	38.029
3.06	Resultado Financeiro	-13.186	-34.187	-11.993	-41.344
3.06.01	Receitas Financeiras	316	1.604	744	3.208
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.502	-35.791	-12.737	-44.552
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.457	17.115	12.652	-3.315
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-639	-1.913	-10.327	-4.745
3.08.01	Corrente	-388	-1.147	0	0
3.08.02	Diferido	-251	-766	-10.327	-4.745
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.818	15.202	2.325	-8.060
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.818	15.202	2.325	-8.060
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00600	0,01000	0,00300	-0,01000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	4.818	15.202	2.325	-8.060
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.818	15.202	2.325	-8.060

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	113.391	37.755
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	86.072	67.364
6.01.01.01	Lucro do periodo	17.115	-3.315
6.01.01.02	Depreciação e amortização	32.413	29.486
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	201	286
6.01.01.05	Encargos de dívidas	34.371	41.493
6.01.01.06	Outras variações monetária líquidas	1.918	835
6.01.01.07	Descontos financeiros obtidos	-2	0
6.01.01.08	Atualização monetária - impostos a recuperar	0	-32
6.01.01.10	Receita de aplicações financeiras	-788	-1.626
6.01.01.11	Repactuação do risco hidrológico	950	950
6.01.01.12	Reversão de contingência	-168	-713
6.01.01.13	Encargos de dividas Arrendamento	62	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	27.319	-29.609
6.01.02.01	Impostos a compensar	-1.804	687
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	-1	13
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	-797	-2.482
6.01.02.04	Fornecedores	1.785	-4.073
6.01.02.05	Salários e obrigações	-173	183
6.01.02.06	Tributos e contribuições sociais a recolher	-4.601	-1.253
6.01.02.07	Outros passivos circulantes	-1.134	-1.623
6.01.02.08	Outros ativos circulantes	17	26
6.01.02.09	Contas a receber	32.656	21.561
6.01.02.10	Encargos sociais	-879	625
6.01.02.11	Provisão para compensação ambiental	-273	-780
6.01.02.12	Provisão para constituição de ativos	-132	-42.042
6.01.02.15	Outros ativos não circulantes	23	-110
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	2.632	-341
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-44.960	5.440
6.02.01	Aplicações em títulos e valores mobiliários	-2.729	-1.988
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-448	-5.553
6.02.03	Resgate de aplicações em títulos e valores mobiliários	-41.783	12.983
6.02.04	Aplicações no intangível	0	-2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-52.087	-65.192
6.03.01	Pagamento de Dividendos	-2.608	0
6.03.03	Empréstimos tomados	0	800
6.03.04	Amortização de principal e pagamento de juros de financiamento	-49.216	-65.992
6.03.05	Amortização de principal e pagamento de juros de arrendamento	-263	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.344	-21.997
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.797	38.525
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	27.141	16.528

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	807.081	0	84.553	0	0	891.634
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	807.081	0	84.553	0	0	891.634
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.202	0	15.202
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	15.202	0	15.202
5.07	Saldos Finais	807.081	0	84.553	15.202	0	906.836

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	807.081	0	73.549	0	0	880.630
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	807.081	0	73.549	0	0	880.630
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.060	0	-8.060
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.060	0	-8.060
5.07	Saldos Finais	807.081	0	73.549	-8.060	0	872.570

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	156.340	169.931
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	156.340	169.931
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-53.659	-82.223
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-38.881	-68.163
7.02.04	Outros	-14.778	-14.060
7.03	Valor Adicionado Bruto	102.681	87.708
7.04	Retenções	-32.413	-29.486
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.413	-29.486
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	70.268	58.222
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.604	3.208
7.06.02	Receitas Financeiras	1.604	3.208
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	71.872	61.430
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	71.872	61.430
7.08.01	Pessoal	1.526	1.869
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.041	1.334
7.08.01.02	Benefícios	399	433
7.08.01.03	F.G.T.S.	86	102
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.106	22.504
7.08.02.01	Federais	19.106	22.504
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.038	45.117
7.08.03.01	Juros	34.435	41.493
7.08.03.02	Aluguéis	247	565
7.08.03.03	Outras	1.356	3.059
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	15.202	-8.060
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	15.202	-8.060

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 30 de setembro de 2020, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações contábeis do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o trimestre findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari em Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



Comentário do Desempenho

A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) financeiro;
- (ii) de relações com investidores,
- (iii) administrativo, e
- (iv) técnico.

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. Até 30 de setembro de 2020, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas.

Comentário do Desempenho

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de reais)

	30/09/2020	30/09/2019	Variação %
Receita operacional bruta	156.340	169.931	-8,0%
(-) Deduções da receita operacional	(16.557)	(17.202)	-3,7%
Receita operacional líquida	139.783	152.729	-8,5%
(-) Custos operacionais	(85.074)	(111.023)	-23,4%
Lucro bruto	54.709	41.706	31,2%
(-) Despesas/receitas operacionais	(3.407)	(3.677)	-7,3%
(-) Despesas/receitas financeiras	(34.187)	(41.344)	-17,3%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	17.115	(3.315)	-616,3%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.147)	-	100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(766)	(4.745)	-83,9%
Lucro (prejuízo) do período	15.202	(8.060)	-288,6%
Ativo total	1.554.882	1.545.136	0,6%
Investimentos	1.401.796	1.442.889	-2,8%

Comentários relevantes

A Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 139.783 no terceiro trimestre de 2020, em comparação aos R\$ 152.729 no terceiro trimestre de 2019. A redução de 8,5% de um período para o outro ocorreu principalmente pela negociação de energia elétrica no ambiente livre (ACL e liquidações na CCEE).

Os custos operacionais do terceiro trimestre de 2020 apresentam redução de 23,4% se comparado com o terceiro trimestre de 2019, justificada pela redução na compra de energia elétrica. As despesas operacionais do terceiro trimestre de 2020 apresentam redução de 7,4% quando comparado ao terceiro trimestre de 2019, justificada principalmente pela redução na linha de serviços de terceiros.

O resultado financeiro apresenta redução de 17,3% se comparado ao terceiro trimestre de 2019, justificada principalmente pela redução das despesas e receitas financeiras.

A provisão de imposto de renda e contribuição social correntes apresentam variações de acordo com o LAIR. A variação do imposto de renda e contribuição social diferidos é proveniente da constituição em função do prejuízo apresentado em 30 de setembro de 2019.

Devido ao fato da Ferreira Gomes Energia S.A ser uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, bem como de empréstimos e financiamentos captados junto a terceiros, incluindo a emissão de debêntures.

Comentário do Desempenho

EBITDA

(Em milhares de reais)

	30/09/2020	30/09/2019
Lucro líquido (prejuízo) do período	15.202	(8.060)
(+) Resultado financeiro	34.187	41.344
(+) Depreciação e amortização (*)	32.413	29.486
(+) IR/CS correntes	1.147	-
(+) IR/CS diferidos	766	4.745
(=) EBITDA	83.715	67.515

(*) Valor composto por depreciação, amortização e amortização do UBP – Uso do Bem Público.

Endividamento

(Em milhares de reais, exceto índice de endividamento líquido)

	30/09/2020	30/09/2019
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(69.772)	(62.921)
Não circulante	(523.930)	(561.651)
Dívida total	(593.702)	(624.572)
Caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e investimentos de curto prazo	108.434	49.749
Dívida líquida	(485.268)	(574.823)
Patrimônio líquido	906.836	872.570
Índice de endividamento líquido	0,54	0,66

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e no período findo em 30 de setembro de 2020 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha em seu quadro 24 colaboradores.

Comentário do Desempenho

5. Responsabilidade sócio ambiental

Abaixo destacamos alguns dos programas já realizados:

Programa de resgate de fauna;
Programa de resgate de ictiofauna e invertebrados aquáticos;
Programa de qualificação de mão-de-obra e estágio para jovens;
Programa de apoio a projetos esportivos e culturais;
Programa de apoio ao turismo sustentável em Ferreira Gomes;
Programa de apoio aos agricultores familiares e comunidades ribeirinhas;
Programa de apoio à elaboração de planos diretores de Ferreira Gomes e Porto Grande;
Programa de gestão socioambiental integrada;
Programa projeto de inventário florestal do canteiro e reservatório;
Programa de monitoramento sísmológico;
Programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico;
Programa fortalecimento de fornecedores locais; e
Programa caracterização e fomento da atividade pesqueira.

Abaixo destacamos os principais projetos em andamento:

Programa de monitoramento da qualidade de água;
Programa de monitoramento de macrófitas;
Programa de monitoramento e conservação da ictiofauna;
Programa de monitoramento de invertebrados aquáticos;
Programa de monitoramento hidrossedimentológico;
Programa de recuperação de áreas degradadas;
Programa de monitoramento meteorológico;
Programa plano ambiental de conservação e uso do entorno do reservatório artificial (PACUERA);
Programa monitoramento fauna;
Programa de comunicação social.

6. Auditoria Independente

Em 24 de janeiro de 2019, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) celebrou com a Ferreira Gomes Energia S.A., o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”, durante o período de 02 (dois) anos.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou “Companhia”) é uma Companhia de capital aberto, constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação.

Os contratos de concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 12.

A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

Notas Explicativas

Impactos do COVID 19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Tendo em vista a disseminação do vírus, foi criado um Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a presente situação. Este Comitê tem acompanhado a evolução da situação e tomado medidas de carácter preventivo, tais como: suspensão de viagens; período de quarentena para todos os colaboradores que regressem de viagem internacional, mesmo para os que não apresentem sintomas da doença; restrição de reuniões presenciais, priorizando o uso de tecnologia para sua viabilização de maneira remota; instituição do regime de trabalho de home office, sendo todos os colaboradores do escritório corporativo habilitados para exercerem suas atividades remotamente, a fim de evitar a concentração de pessoas; ampliação do home office às unidades operacionais, para todas as funções cuja natureza do trabalho possa ser realizada remotamente; intensificação da comunicação sobre a pandemia aos colaboradores; disponibilização de álcool gel e máscaras; intensificação da assepsia de todos os ambientes dos escritórios e centro de operação; treinamentos on-lines para uso de ferramentas que promovam e garantam a continuidade das entregas, aproximando as pessoas, de modo que se adaptem mais rapidamente à fase integral de trabalho remoto.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos contratos do ambiente regulado e ambiente livre, não apresentando risco de demanda. A administração da Companhia avaliou o risco de realização de seus recebíveis e observou que não houve inadimplência em decorrência do COVID-19 nos primeiros nove meses de 2020 e, até o momento, não são esperadas perdas futuras atreladas a recebíveis.

Em 18 de maio de 2020 a ANEEL publicou o Decreto nº 10.350/2020, que cria a Conta-COVID, medida para socorrer o setor elétrico dos impactos da crise causada pelo coronavírus. Essa conta irá receber recursos de empréstimos bancários contratados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e destinados à cobertura de deficits ou à antecipação de receitas, total ou parcial, das distribuidoras, de forma a equilibrar o caixa das mesmas. Com isso, fica garantida a manutenção do fluxo de recursos para as geradoras, mitigando o risco de futura inadimplência. Em 23 de junho de 2020 a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta-COVID.

De forma a garantir o capital de giro, a Companhia, com base nas Portarias nº 139 e nº 245, emitidas pelo Ministério da Economia, em 3 de abril de 2020 e 15 de junho de 2020, respectivamente, prorrogaram o recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS relativas às competências de março a maio de 2020, as mesmas foram pagas nos mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho a outubro de 2020.

Notas Explicativas

Adicionalmente, no início de maio de 2020, a Companhia assinou aditivo ao seu respectivo contrato de financiamento junto ao BNDES, com o objetivo de suspender por 6 meses, de 15 de maio de 2020 a 15 de outubro de 2020 os pagamentos dos valores de principal e juros de seus financiamentos. Esse aditivo visa o aumento do capital de giro dessa Companhia e foi concedido pelo BNDES para combate aos impactos da pandemia de Covid-19 no país.

Com base na avaliação acima, até o momento não houve impacto relevante na Companhia que pudesse requerer alguma mensuração e/ou divulgação nas informações contábeis intermediárias para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

A autorização para emissão das informações contábeis intermediárias da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 10 de novembro de 2020.

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária, emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração de informações trimestrais (ITR), e das normas definidas pela ANEEL, quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as normas internacionais.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos trimestres, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Contas a receber de clientes: registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).
- Nota 10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 17 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas de forma consistentes com as práticas contábeis divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, emitidas em 11 de março de 2020.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	30/09/2020	31/12/2019
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	5.207	5.900
Aplicações financeiras automáticas	Até 20% do CDI	6	54
Certificados de depósitos bancários	De 89,39 a 100% do CDI	21.924	4.839
		27.141	10.797

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

5 Investimentos de curto prazo

	30/09/2020	31/12/2019
Fundo de Investimento - FI Energia	46.974	3.772

As aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo referem-se ao Fundo Exclusivo FI – Energia, mensuradas ao valor justo por meio do resultado, e são remunerados em média por 87,22% do CDI em 30 de setembro de 2020 (média 99,63% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração	30/09/2020	31/12/2019
Aplicação pós fixada	BNDES	De 8,02% até 99% do CDI	16.067	16.439
Aplicação pós fixada	Debêntures	De 8,02% até 99% do CDI	18.252	15.782
			34.319	32.221

Aplicações em garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M e serviço da dívida. E, também em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora.

7 Contas a receber de clientes

O saldo em 30 de setembro de 2020 é substancialmente constituído pelos valores faturados nos meses de agosto e setembro, e que serão recebidos em 3 parcelas a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

	Nota	30/09/2020	31/12/2019
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		12.092	12.519
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	18.1	5.805	37.797
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre		-	2.377
Suprimento de energia elétrica - mercado de curto prazo/CCEE		6.528	4.388
		24.425	57.081

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

8 Despesas pagas antecipadamente

	30/09/2020	31/12/2019
Ativo circulante		
Prêmio de seguros - diversos	375	130
Prêmio de seguros - risco operacional	1.449	898
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.268	1.267
	3.092	2.295
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	9.507	10.457
	9.507	10.457
	12.599	12.752

Notas Explicativas

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes.

O registro inicial (R\$ 16.796 data base de dezembro de 2015) consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado, a ser apropriada em 13 anos e 3 meses contados a partir de janeiro de 2016.

A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear deste custo de energia comprada. O saldo do montante repactuado líquido de amortização na data de 30 de setembro de 2020 é de R\$ 10.775 segregado entre circulante e não circulante (R\$ 11.724 em 31 de dezembro de 2019).

9 Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

<u>Ativo circulante</u>	30/09/2020	31/12/2019
<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	1.159	706
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.170	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	135	135
Imposto sobre Serviços - ISS	102	102
Outros	394	213
	<u>2.960</u>	<u>1.156</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	93	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.054	980
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.219	1.303
Programa de Integração Social - PIS	527	688
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.433	3.170
Outros	167	374
	<u>5.493</u>	<u>6.515</u>

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Este saldo é composto por prejuízos fiscais acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Companhia, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia, que preveem a realização do saldo de R\$ 1.069 de IRPJ diferido e R\$ 1.539 de CSLL base negativa até 2021.

Notas Explicativas

No quadro abaixo está demonstrada a movimentação dos tributos diferidos:

	Saldo de Tributo Diferido em 31/12/2018	Constituição/ Reversão de de Tributo Diferido em 2019	Saldo de Tributo Diferido em 31/12/2019	Constituição/ Reversão de Tributo Diferido em 30/09/2020	Saldo de Tributo Diferido em 30/09/2020
Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	28.357	(6.236)	22.121	(5.017)	17.104
Imposto de renda diferido	7.089	(5.707)	1.382	(314)	1.069
Base negativa acumulada	28.383	(6.262)	22.121	(5.017)	17.104
Contribuição social diferida	2.554	(563)	1.991	(452)	1.539
Imposto de renda e contribuição social diferido:	9.643	(6.270)	3.373	(766)	2.608

A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido é conforme o mapa abaixo:

	2020	2021
Saldo de Prejuízo Fiscal IRPJ ao final do exercício	10.239	-
Estimativa de realização IRPJ diferido	429	640
Saldo Base Negativa CSLL ao final do exercício	10.239	-
Estimativa de realização CSLL diferida	617	922

11 Imobilizado

As adições registradas no ativo imobilizado desde o período em implantação até o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 representam substancialmente investimentos em materiais, equipamentos, serviços e os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme descrito na nota explicativa nº 1. O imobilizado está constituído da seguinte forma em 30 de setembro de 2020:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 30/09/2020
Imobilizado em serviço										
Terrenos	0,00%	16.708	-	-	-	16.708	-	-	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,18%	803.590	39	37.455	-	841.084	-	4.653	-	845.737
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.646	-	-	-	140.646	-	-	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,76%	601.216	311	53	-	601.580	448	-	-	602.028
Veículos	5,53%	416	-	-	-	416	-	-	-	416
Móveis e utensílios	6,23%	2.432	4	-	-	2.436	-	-	(2)	2.434
Direito de uso sobre arrendamento	22,22%	-	1.230	-	-	1.230	90	-	-	1.320
Total do imobilizado em serviço		1.565.008	1.584	37.508	-	1.604.100	538	4.653	(2)	1.609.289
(-) Depreciação acumulada										
Reservatórios, barragens e adutoras		(70.348)	(18.353)	-	-	(88.701)	(16.736)	-	-	(105.437)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(14.070)	(3.446)	-	-	(17.516)	(2.584)	-	-	(20.100)
Máquinas e equipamentos		(64.620)	(16.611)	-	-	(81.231)	(12.469)	-	-	(93.700)
Veículos		(380)	(23)	-	-	(403)	(10)	-	-	(413)
Móveis e utensílios		(616)	(151)	-	-	(767)	(114)	-	-	(881)
Direito de uso sobre arrendamento		-	(275)	-	-	(275)	(215)	-	-	(490)
Total da depreciação acumulada		(150.034)	(38.859)	-	-	(188.893)	(32.128)	-	-	(221.021)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.414.974	(37.275)	37.508	-	1.415.207	(31.590)	4.653	(2)	1.388.268
Imobilizado em curso										
Reservatórios, barragens e adutoras		33.035	5.074	(37.455)	-	654	-	(654)	-	-
Veículos		92	-	-	(61)	31	-	-	(30)	1
Adiantamento a fornecedor		5.489	-	-	(43)	5.446	509	(3.999)	(318)	1.638
Depósitos judiciais		3.104	135	(53)	(676)	2.510	4	15	(195)	2.334
Total do ativo imobilizado em curso		41.720	5.209	(37.508)	(780)	8.641	513	(4.638)	(543)	3.973
Total do imobilizado		1.456.694	(32.066)	-	(780)	1.423.848	(31.077)	15	(545)	1.392.241

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2019 os ativos imobilizados, que compõe a unidade geradora de caixa, foram submetidos à análise de recuperabilidade e não foram identificadas informações que resultassem em reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Em 30 de setembro de 2020 a Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

12 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2018	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 30/09/2020
Intangível em serviço							
Uso do bem público	3,19%	11.769	-	-	11.769	-	11.769
Software	20,00%	732	2	6	740	-	740
Outros intangíveis	13,40%	963	-	(6)	957	-	957
Total intangível em serviço		13.464	2	-	13.466	-	13.466
(-) Amortização acumulada							
Uso do bem público		(1.562)	(375)	-	(1.937)	(280)	(2.217)
Software		(596)	(136)	-	(732)	(5)	(737)
Outros intangíveis		(893)	(64)	-	(957)	-	(957)
Total amortização		(3.051)	(575)	-	(3.626)	(285)	(3.911)
Total do intangível		10.413	(573)	-	9.840	(285)	9.555

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Passivo relacionado ao Uso do bem público

	2019	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferência	30/09/2020
Passivo circulante	1.566	-	(1.168)	1.168	1.566
Passivo não circulante	13.570	933	-	(1.168)	13.335
	15.136				14.901

Em relação a obrigação de uso do bem público, refere-se, as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 35º ano da concessão.

13 Fornecedores

	30/09/2020	31/12/2019
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	1.880	1.768
Materiais e serviços	12.649	2.975
Mercado de curto prazo - CCEE	1.948	2.097
Total	16.477	6.840

Notas Explicativas

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

- a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	Encargos	Vencimento	30/09/2020			31/12/2019		
			Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	22.937	709	23.646	21.420	772	22.192
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	24.705	57	24.762	24.705	77	24.782
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	189	4	193	178	6	184
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	16.810	5.689	22.499	14.111	748	14.859
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(1.560)	-	(1.560)	(1.559)	-	(1.559)
Total			63.081	6.459	69.540	58.855	1.603	60.458
Moeda nacional - não circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	219.816	-	219.816	221.344	-	221.344
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	30.881	-	30.881	49.409	-	49.409
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	1.811	-	1.811	1.841	-	1.841
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	281.302	-	281.302	286.315	-	286.315
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(10.532)	-	(10.532)	(11.704)	-	(11.704)
Total			523.278	-	523.278	547.205	-	547.205
Total geral			586.359	6.459	592.818	606.060	1.603	607.663

BNDES

Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. Até 30 de setembro de 2020 foram liberados R\$ 470.583 (R\$ 470.583 em 31 de dezembro de 2019).

O contrato com o BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais instituem que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras: Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação. O ICP e o ICSD são índices requeridos anualmente.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo, mas não se limitado a:

Notas Explicativas

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
- (c) As garantias constantes dos CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Conta Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
- (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

Em 12 de maio de 2020 a Companhia aderiu o programa Standstill do BNDES que consiste na suspensão temporária de seis meses dos pagamentos de principal e juros para os subcréditos A,B, C e E, sem alteração dos termos finais do prazo de amortização da dívida, os valores serão capitalizados no saldo devedor.

3ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$210.900 (duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se darão em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar:

- Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e

Notas Explicativas

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos).

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2018	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2019
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	264.197	-	21.167	(21.409)	(20.419)	243.536
BNDES - Subcrédito D	98.914	-	2.166	(24.705)	(2.184)	74.191
BNDES - Subcrédito E	1.389	800	122	(170)	(116)	2.025
3º emissão de debêntures	298.593	-	30.624	(8.693)	(19.350)	301.174
(-) custo de captação - a amortizar	(14.821)	-	1.558	-	-	(13.263)
Total	648.272	800	55.637	(54.977)	(42.069)	607.663

	31/12/2019	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	30/09/2020
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	243.536	-	12.900	(7.131)	(5.843)	243.462
BNDES - Subcrédito D	74.191	-	1.221	(18.528)	(1.241)	55.643
BNDES - Subcrédito E	2.025	-	74	(60)	(34)	2.005
3º emissão de debêntures	301.174	-	19.005	(9.294)	(7.085)	303.800
(-) custo de captação - a amortizar	(13.263)	-	1.171	-	-	(12.092)
Total	607.663	-	34.371	(35.013)	(14.203)	592.818

- c. Em 30 de setembro de 2020, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Principal	21.599	70.934	72.519	77.299	68.695	222.764	533.810
(-) custo de captação a amortizar	(390)	(1.559)	(1.559)	(1.559)	(1.559)	(3.906)	(10.532)
	21.209	69.375	70.960	75.740	67.136	218.858	523.278

15 Provisão para constituição de ativos

Natureza	31/12/2019	Pagamentos	Transferencia	30/09/2020
Máquinas e equipamentos	7.695	-	(7.695)	-
Montagem	202	-	-	202
Obras civis	3.342	(132)	(159)	3.051
Total	11.239	(132)	(7.854)	3.253

Notas Explicativas

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados.

Em 30 de junho de 2020 a Companhia transferiu saldo de R\$ 7.854 para a conta de fornecedores.

16 Provisão para gastos ambientais

	31/12/2019	Pagamentos	Transferência longo para curto	30/09/2020
Passivo circulante	109	(273)	734	570
Passivo não circulante	734	-	(734)	-
Total	843	(273)	-	570

A Companhia realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 30 de setembro de 2020. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

17 Provisão para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados, tomando como base os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável.

A Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

- (a) **Perda provável:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:
- (i) **Demandas Trabalhistas:** seis processos judiciais de natureza trabalhista (oito processos em 31 de dezembro de 2019), de valor em risco aproximado de R\$ 265 (R\$ 381 em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação da provisão é como segue:

	31/12/2019	Reversões	30/09/2020
Trabalhista	381	(168)	213

Notas Explicativas

(b) **Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no trimestre findo de 30 de setembro de 2020 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) **Demandas Tributárias:** atualmente existem dois processos judiciais de natureza tributária com o valor em risco aproximado em R\$ 5.543 (R\$ 4.576 em 31 de dezembro de 2019) com natureza de risco possível de perda. Considera-se como relevante o processo abaixo relacionado.

Processo Administrativo de nº 109000001100000354/2017-19, que trata da cobrança de ICMS pelo Estado do Amapá, referente ao diferencial de alíquota de ICMS por antecipação decorrente de substituição tributária não recolhida, com valor em risco aproximado em R\$ 4.576 (R\$ o mesmo em 31 de dezembro de 2019), com natureza de risco possível de perda.

(ii) **Demandas Cíveis:** atualmente existem sete processos judiciais de natureza cível (sete em 31 de dezembro de 2019), de valor em risco aproximado em R\$ 9.035 (R\$ 9.429 em 31 de dezembro de 2019), com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, consideram-se como relevantes os processos abaixo relacionados:

Ação Civil Pública nº 00016274120158030006, proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer indenizações em decorrência de supostos danos materiais e morais causados ao meio ambiente. Com a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) o processo foi suspenso, sendo que a movimentação decorre apenas da juntada dos documentos comprobatórios de cumprimento. O valor em risco não pode ser estimado.

Ação Civil Pública nº 00013863320168030006, proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros, com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP em decorrência de enchente, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados ao evento. A presente ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautela e Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo Ministério Público. A ação cautela está em fase de recurso de apelação. Em decorrência do evento, o Ministério Público Estadual proveu uma Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da FGE e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de Resposta à Acusação. O valor em risco não pode ser estimado.

Execução de Título Extrajudicial nº 00002067420198030006, trata-se de Execução de Título Extrajudicial movida pelo Ministério Público Estadual do Amapá por descumprimento de TAC 2, assinado em fevereiro de 2017, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 001385-48.2016.8.03.00006, em razão do suposto descumprimento da Cláusula 2.9, alíneas 'f' e 'g'. A FGE apresentou embargos à execução. O valor em risco é de aproximadamente R\$ 8.825 (R\$ 8.635 em 31 de dezembro de 2019).

Execução de Título Extrajudicial nº 00023828020184013100, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC. A FGE apresentou embargos à execução. O valor em risco é aproximadamente R\$ 65.

Notas Explicativas

Execução de Título Extrajudicial nº 00046934420184013100, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC (obrigação de fazer). A FGE apresentou embargos à execução. O valor em risco é aproximadamente R\$ 1.

(iii) Demandas Trabalhistas: atualmente existem dois processos judiciais de natureza trabalhista (o mesmo em 31 de dezembro de 2019), de valor em risco aproximado em R\$ 518 (R\$ 519 em 31 de dezembro de 2019), com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados.

(iv) Demandas Ambientais: existem quatro autos de infrações (o mesmo em 31 de dezembro de 2019), de valor em risco aproximado em R\$ 60.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2019) com probabilidade de perda possível, melhor descrito abaixo:

Auto de Infração Ambiental nº 013596 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2019).

Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 014689 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 30.000 (mesmo valor em 31 de dezembro 2019).

Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 016154, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 7.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2019).

Auto de Infração Ambiental nº 16158, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2019).

(iv) Demandas Penais: atualmente existem 03 processos de natureza penal, cujo o valor em risco não pode ser estimado. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados.

Notas Explicativas

(v) **Demandas Regulatórias:** atualmente a Companhia é parte em um processo de ordem regulatória (mesmo em 31 de dezembro de 2019), de valor em risco aproximado em R\$ 6.227 (R\$ 6.235 em 31 de dezembro de 2019) valendo mencionar o seguinte:

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 00762951020144013400: Atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 6.227 (R\$ 6.235 em 31 de dezembro de 2019).

18 Partes relacionadas

8.1 Transações com partes relacionadas

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	30/09/2020	31/12/2019
<u>Ativo circulante - partes relacionadas</u>		
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	5.805	37.797
	5.805	37.797
<u>Passivo circulante - partes relacionadas</u>		
Dividendos - Alupar Investimento S.A.	7.474	10.082
Fornecedores - AF Energia S.A	-	283
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	232	261
	7.706	10.626
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	652	734
	652	734

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Trimestre findo em		Acumulado findo em	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
<u>Receita - partes relacionadas</u>				
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	17.668	17.219	59.582	50.392
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	-	265	-
	17.668	17.219	59.847	50.392
<u>Custo - partes relacionadas</u>				
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	349	-	10.138	22.996
Compra de energia elétrica - Verde 9 Energia S.A.	849	-	849	-
Serviços Tomados - AF Energia S.A	862	317	2.585	2.387
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	-	120	-	476
	2.060	437	13.572	25.859

A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A.. A Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

Notas Explicativas

8.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 30/09/2020
26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	301.109
30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	303.801
04/07/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	12/06/2017	25/06/2021	3.186	3.351.655

8.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nas Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizadas em 24 de abril de 2020, os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração.

19 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 807.081.

A composição acionária da Companhia em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	30/09/2020	31/12/2019
Quantidades de ações		
Alupar Investimento S.A.	807.080.528	807.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	<u>807.080.529</u>	<u>807.080.529</u>

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

Notas Explicativas

b. Reserva especial para incentivos fiscais

- Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

c. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

20 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o durante os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

	Trimestre findo em		Acumulado findo em	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Numerador				
Lucro líquido (prejuízo) do período	4.818	2.325	15.202	(8.060)
Denominador				
Média ponderada do número de ações ordinárias	807.080.529	807.080.529	807.080.529	807.080.529
Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$	0,006	0,003	0,010	(0,010)

21 Receita operacional líquida

	Nota	Trimestre findo em		Acumulado findo em	
		30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Receita de geração de energia elétrica					
Suprimento de energia - ambiente regulado		26.768	26.348	80.711	77.628
Suprimento de energia - ambiente livre		2.441	2.337	8.144	29.586
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	18.1	17.668	17.219	59.847	50.392
Ajuste positivo CCEE		1.826	4.843	7.638	12.325
		48.703	50.747	156.340	169.931
Deduções					
PIS - Programa de integração social		(880)	(798)	(2.608)	(2.690)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(4.052)	(3.676)	(12.014)	(12.390)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(416)	(448)	(1.348)	(1.531)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(192)	(194)	(587)	(591)
		(5.540)	(5.116)	(16.557)	(17.202)
Receita operacional líquida		43.163	45.631	139.783	152.729

Notas Explicativas

22 Custos e despesas operacionais

Nota	Trimestre findo em				Acumulado findo em			
	30/09/2020		30/09/2019		30/09/2020		30/09/2019	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis								
	(5.034)	-	(4.912)	-	(14.778)	-	(14.060)	-
	(1.537)	-	(1.662)	-	(5.168)	-	(6.404)	-
	(94)	-	(94)	-	(281)	-	(281)	-
12	(6.665)	-	(6.668)	-	(20.227)	-	(20.745)	-
Custos gerenciáveis								
	(72)	-	(42)	-	(245)	-	(122)	-
	(3.260)	-	35	-	(12.892)	-	(28.676)	-
	(1.198)	-	-	-	(10.987)	-	(22.996)	-
18.1	(865)	(93)	(789)	-	(2.349)	(98)	(2.442)	-
	(49)	(8)	(131)	(49)	(221)	(26)	(287)	(278)
	(507)	(126)	(539)	(101)	(1.424)	(362)	(1.956)	(248)
	(198)	(96)	(72)	(4)	(426)	(179)	(235)	(10)
	(407)	(369)	(1.094)	(862)	(1.454)	(2.064)	(2.519)	(2.822)
18.1	(862)	-	(317)	-	(2.585)	-	(2.387)	-
	-	-	(6)	-	168	-	450	-
	135	-	(11)	3	(32)	(344)	(168)	(54)
	(126)	(103)	-	-	(485)	(115)	-	-
	(7.409)	(795)	(2.966)	(1.013)	(32.932)	(3.188)	(61.338)	(3.412)
Depreciação e Amortização								
11 e 12	(9.578)	(73)	(10.272)	(67)	(31.915)	(219)	(28.940)	(265)
	(9.578)	(73)	(10.272)	(67)	(31.915)	(219)	(28.940)	(265)
Total	(23.652)	(868)	(19.906)	(1.080)	(85.074)	(3.407)	(111.023)	(3.677)

23 Resultado financeiro

	Trimestre findo em		Acumulado findo em	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
	Receitas financeiras			
Receita de aplicações financeiras	304	744	1.539	3.101
Juros s/ faturas a receber em atraso	11	-	13	74
Outras receitas financeiras	1	-	52	33
	316	744	1.604	3.208
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(13.154)	(11.857)	(34.371)	(41.493)
Atualização monetária UBP e P&D	(235)	-	(985)	-
Outras despesas financeiras	(113)	(880)	(435)	(3.059)
	(13.502)	(12.737)	(35.791)	(44.552)
Resultado financeiro	(13.186)	(11.993)	(34.187)	(41.344)

24 Imposto de renda e contribuição social

Nota	Trimestre findo em				Acumulado findo em			
	30/09/2020		30/09/2019		30/09/2020		30/09/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (-/+ Adições e/ou exclusões)	5.457	5.457	12.652	12.652	17.115	17.115	(3.315)	(3.315)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	5.460	5.460	12.552	12.638	16.724	16.724	(3.805)	(3.719)
Compensação de prejuízo Fiscal 30%	(1.638)	(1.638)	-	-	(3.379)	(3.379)	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	3.822	3.822	12.552	12.638	13.345	13.345	(3.805)	(3.719)
IRPJ e CSLL	573	344	-	-	1.756	1.054	-	-
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 20/Mês - R\$ 240/Ano) 10%	376	-	-	-	1.153	-	-	-
Incentivos Fiscais	(9)	-	-	-	(24)	-	-	-
(-) PAT	(896)	-	-	-	(2.791)	-	-	-
Total dos tributos correntes	44	344	-	-	93	1.054	-	-
Tributos diferidos	103	148	(9.189)	(1.138)	314	452	(5.079)	335
Total dos tributos	147	492	(9.189)	(1.138)	407	1.506	(5.079)	335
Alíquota efetiva	11,70%	-	-39,91%	-	11,44%	-	-15,05%	-

Notas Explicativas

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis intermediárias.

	30/09/2020		31/12/2019		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	5.211	5.211	5.904	5.904	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	21.930	21.930	4.893	4.893	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	46.974	46.974	3.772	3.772	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	34.319	34.319	32.221	32.221	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	24.425	24.425	57.081	57.081	-	Custo amortizado
	132.859	132.859	103.871	103.871		
Passivo						
Fornecedores	16.477	16.477	6.840	6.840	-	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	592.818	574.331	607.663	586.211	-	Custo amortizado
Uso do bem público	14.901	14.901	15.136	15.136	-	Custo amortizado
Provisão para constituição de ativos	3.253	3.253	11.239	11.239	-	Custo amortizado
	627.449	608.962	640.878	619.426		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados.

Empréstimos e financiamentos: BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e

3º emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no trimestre findo em 30 de setembro de 2020.

Notas Explicativas

Hierarquia do valor justo

No trimestre findo em 30 de setembro de 2020, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2020, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de setembro de 2020, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Indexador	30/09/2020	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		1,19%	1,79%	2,38%	2,98%	3,57%
Equivalentes de caixa	CDI	21.930	261	391	522	783
Investimentos de curto prazo	CDI	46.974	559	838	1.118	1.677
Títulos e Valores mobiliários	CDI	34.319	408	613	817	1.225

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 30 setembro de 2020, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 30 setembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 30/09/2020*	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
			1,23%	1,84%	2,45%	3,06%	3,68%	
3ª emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	298.112	23.176	25.120	27.064	29.008	30.952
			2,28%	3,41%	4,55%	5,69%	6,83%	
BNDES subcrédito (A, B, C)	TJLP +	2,34%	242.753	11.332	14.158	16.984	19.810	22.636
BNDES subcrédito E	TJLP	-	2.000	61	92	123	154	184

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Notas Explicativas

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos da Companhia estão vendidos para o ACR e ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Notas Explicativas

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 setembro de 2020, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	16.477	-	-	-	-	16.477
Provisão para constituição de ativos	-	3.253	-	-	-	3.253
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25.197	44.343	90.584	213.835	218.859	592.818
UBP	397	1.169	3.191	4.787	5.357	14.901
Total	42.071	48.765	93.775	218.622	224.216	627.449

Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	30/09/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(69.540)	(60.458)
Não circulante	(523.278)	(547.205)
Dívida total	(592.818)	(607.663)
Caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e investimentos de curto prazo	108.434	46.790
Dívida líquida	(484.384)	(560.873)
Patrimônio líquido	906.836	891.634
Índice de endividamento líquido	0,53	0,63

26 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 399 e R\$ 431 nos primeiros nove meses de 2020 e 2019, respectivamente. No terceiro trimestre de 2020 e 2019 foi reconhecido, respectivamente, o montante de R\$ 142 e R\$ 130.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

Notas Explicativas

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 30 de setembro de 2020.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional	1.573.269	1.887	18/06/2021
Risco de responsabilidade civil geral	500.000	231	18/06/2021
Seguro garantia judicial	1.943	43	18/06/2021
Total	2.075.213	2.161	

* * *

Contadora
 Patrícia N. S. Ferreira
 CRC 1SP237063/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ferreira Gomes Energia S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) - e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Rita de C. S. Freitas

Contadora CRC-1SP214160/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2020.

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires

Diretor Administrativo

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 10 de novembro de 2020.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o período findo em 30 de setembro de 2020.

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires

Diretor Administrativo

Diretor Técnico